

DA FILOSOFIA COMO FORMA DE VIDA: A INSURREIÇÃO DOS GOVERNADOS E A ONTOLOGIA HISTÓRICA DE NÓS MESMOS EM MICHEL FOUCAULT¹

Rodrigo Diaz de Vivar y Soler (FURB)²
diazsoler@gmail.com

Resumo: Este artigo possui a finalidade de apresentar as correlações entre a filosofia como forma de vida e as insurreições dos governados a partir de uma leitura foucaultiana em torno da ontologia histórica de nós mesmos. Num primeiro momento, procura-se estabelecer uma leitura acerca da problematização empreendida por Foucault em torno da biopolítica compreendida como governo da vida na nossa modernidade a partir da formação de certos dispositivos de controle e de assujeitamentos através da articulação entre as estratégias de saber, das práticas de poder e dos processos de subjetivação. Já o segundo momento é dedicado a pensar os traços fundamentais da parresia como prática aletúrgica de uma manifestação cínica do escândalo da verdade. As considerações finais são dedicadas a pensar, a partir de Foucault, as experiências éticas a partir de uma dimensão ontológica cuja atitude é a sublevação de forças necessárias para a produção de novas práticas de liberdade.

Palavras-chave: Michel Foucault. Insurreição. Biopolítica. Governamentalidade. Ontologia Histórica de Nós Mesmos.

1. INTRODUÇÃO: AS INSURREIÇÕES FINALMENTE CHEGARAM...

Recentemente um grupo de intelectuais franceses autointi-

¹ Recebido: 21-09-2017/ Aceito: 26-12-2018/ Publicado online: 01-02-2019.

² Rodrigo Diaz de Vivar y Soler é Professor na Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, SC, Brasil.

tulado Comitê Invisível (2016) publicou um livro fundamental para a nossa atualidade. *Aos Nossos Amigos: crise e insurreição* leva a cabo a tarefa aberta por Foucault no sentido de pensar os desdobramentos necessários para uma crítica em relação aos modos de governo produzidos pela biopolítica e pela governamentalidade no mundo contemporâneo. As insurreições finalmente chegaram e, com elas, a possibilidade de empreendermos uma nova problematização do neoliberalismo. Da primavera árabe à onda de protestos que varreu o Brasil em 2013, esse conjunto de insurgências denota o efeito explosivo de que todos os dispositivos de segurança se encontram em processo de crise. Mas, a pergunta a ser feita é: o que podemos aprender com as insurreições? Num primeiro momento podemos constatar que elas apontam a inoperância do discurso revolucionário para o tempo presente. As ocupações das escolas, as passeatas e os manifestos pela investigação do desaparecimento de Amárido de Souza, são na realidade, uma prova da existência do que podemos chamar de *ecos da revolta*, que operam os agenciamentos das multidões. Essas multidões não possuem um rosto, um partido, um sindicato. Elas são na realidade uma massa anônima que desdobra suas potencialidades à medida que ultrapassa todas as políticas de identidade. A época das insurreições é a nossa e, nesse sentido tal qual os iranianos gritavam a plenos pulmões no final da década de 70 – “Para que o xá se vá, estamos prontos a morrer aos milhares” como tão bem registrou Foucault (2014, p.75) ao cobrir jornalisticamente a Revolução Iraniana – nós podemos pensar os modos de operação da contemporaneidade a partir da recusa em jogarmos o jogo da biopolítica e sua dimensão de governo neoliberal.

Diante de tal cenário, o olhar genealógico do pensamento foucaultiano é de fundamental importância para pensarmos os possíveis tensionamentos entre as artes de governo, os dispositivos de segurança e os modos de verificação responsáveis por ilustrar a performatividade de um elemento ético voltado para a produção de formas de subjetivação nos quais emergem esses *ecos da revolta*.

Nosso ensaio, procura recolher em alguns textos produzidos por Foucault os elementos responsáveis por tal problematização. Desse modo, apresentaremos, num primeiro momento, as articulações entre a biopolítica e o governo de uma vida regrada pelo gerenciamento estratégico das condutas de segurança provenientes do neoliberalismo. Já no segundo momento, procuraremos rastrear, a partir das contribuições fomentadas por Foucault, a construção de uma crítica em relação à biopolítica a partir do governo de uma vida marcada pelo escândalo da verdade na *parresía*. Nossas considerações finais são dedicadas a pensar a articulação entre a ontologia histórica de nós mesmos e da filosofia como modo de vida a partir do escândalo da verdade.

2. A BIOPOLÍTICA E O GOVERNO DA VIDA

Michel Foucault dedicou grande parte de seus estudos, a partir dos nos 70, ao problema do governo.³ Uma série de

³ Existem duas razões que nos ajudam a pensar o interesse, por parte de Foucault, em dedicar grande parte de seus estudos em torno da problemática do governo: a primeira delas, refere-se ao deslocamento metodológico que marca a passagem da *microfísica do poder* a genealogia dos modos de subjetivação. Desde a publicação de *Vigiar e Punir* e, até mesmo de *A Vontade de Saber*. Foucault passa a se interessar cada vez mais em operacionalizar um deslocamento conceitual em torno das práticas de poder e das estratégias de saber, para os modos pelos quais o sujeito se constitui a partir de certos modos de vida. Desse modo, os estudos que ligam a correlação entre o governo dos outros e o governo de si, acabam por indicar as fissuras necessárias para uma contextualização dos modos pelos quais os sujeitos, em diferentes momentos históricos passaram a se reconhecer a

cursos, entrevistas e intervenções políticas dão conta de seu interesse em oportunizar uma crítica para a prática política na nossa sociedade ocidental. O traço fundamental dessas análises consiste em nos fazer perceber a presença do que ele mesmo chama de uma história política da verdade, ou seja, uma série de problematizações que não se enquadram dentro dos tradicionais campos epistemológicos das ciências humanas, mas que procuram pensar os efeitos, ou melhor, as formas pelas quais são produzidas historicamente diferentes modelos de verdades atravessadas pelas relações de força e de intempestividade.

Nesse sentido, a noção de governo emerge como elemento fundamental de um gerenciamento ético sobre a vida, ultrapassando as habituais compreensões apresentadas por certas escolas sociológicas e econômicas, para inscrever-se no panorama da biopolítica através da articulação entre as estratégias de saber, das práticas de poder e dos processos de subjetivação.

Logo na primeira aula do curso *Segurança, Território, População* Foucault (2008) trata de deixar claro que seu objetivo consiste em estudar o processo de formação dos dispositivos de poder presentes na correlação entre as

partir de diferentes estilos, ou melhor, de diferentes práticas de governo. Podemos chamar esse projeto pensado por Foucault de *uma história política da governamentalidade* marcada pela passagem de distintos estilos de governo, desde as primeiras formas presentes na filosofia antiga, passando pela emergência do poder pastoral na Idade Média, passa ainda pela emergência da razão de Estado, até assumir, no nascimento da modernidade, a ideia de governamentalidade compreendida como governo da vida correlativa à biopolítica. De um modo geral, pode-se dizer que esse projeto de uma *história política da governamentalidade* representa o limiar dos estudos foucaultianos em torno dos efeitos de saber-poder e dos processos de subjetivação. A segunda razão desse interesse tem a ver, com a própria trajetória intelectual e militante de Michel Foucault. Desde o final da experiência do Grupo de Informações Sobre as Prisões, Foucault passa a rastrear outras possibilidades de atuação dentro do pensamento político desprendendo-se cada vez mais da utopia revolucionária em direção a criação de um outro estilo de experiência do pensamento. Esse estilo atinge seu ápice nos seus últimos trabalhos no *Collège de France* sobre o cinismo e a parresía como forma de vida.

características biológicas da população e as estratégias políticas de controle das condutas de governo por meio de uma genealogia do biopoder. Entretanto, é preciso deixar claro que não é o objetivo de Foucault (2008) fundamentar uma teoria geral do poder, mas sim explorar os seus efeitos através da acontecimentalização da biopolítica na sociedade ocidental, ou seja, a questão seria a de se pensar o poder a partir de procedimentos estratégicos de gerenciamento da vida. Mas, a pergunta a ser feita seria: o que significa pensar a biopolítica a partir dos seus conjuntos de procedimentos? A resposta para tal questionamento corresponde ao percurso metodológico elaborado por Foucault no sentido de percorrer transversalmente as estratégias de efeitos, as capilaridades e as circularidades da biopolítica, produzindo a exploração dos conjuntos de práticas responsáveis pela proliferação de práticas que, na nossa sociedade moderna irão aproximar definitivamente a biologia da política.

A importância do conceito foucaultiano de biopolítica reside no fato de que ela se constitui como uma das ferramentas imprescindíveis para uma leitura crítica sobre o nosso tempo presente. Uma vez que tal noção ultrapassa os limites deixados pela concepção ideológica de poder por um lado, e a concepção jurídica de Estado por outro lado. O que está em jogo é o problema da gestão da vida, isto é, qual o conjunto de práticas desenvolvidas na nossa sociedade que são responsáveis por organizar todo um conjunto de estratégias que orientam a normalização das condutas a partir da sistematização e preservação do corpo-espécie (FOUCAULT 1977) como elemento fundamental de governo e, nesse sentido, Foucault (2008) emprega uma expressão muito interessante sobre a nossa modernidade compreendendo-a como *sociedade da segurança*, isto é a

propagação de uma economia geral de poder que se ocupa em delimitar a gestão de dispositivos de governo voltados para as demandas da população.

Decorre dessa constatação o fato de que a população não é apenas um problema conceitual, mas uma realidade política para as sociedades modernas a partir de um pano de fundo histórico específico, no caso, o agenciamento dos espaços urbanos e as formas de normalização dos dispositivos de segurança. Entretanto, é preciso deixar claro que tais dispositivos se inscrevem na perspectiva do gerenciamento dos múltiplos espaços através da ideia, descrita por Foucault (2008) como *polifuncionalidade*. Sabe-se perfeitamente que a administração de um território precisa estar amparada no constante fluxo de informações responsáveis por garantir a felicidade, a autonomia e a liberdade. Contudo, a biopolítica procura pensar esses elementos correlativos à presença de fatores que colocam à existência em risco como: o medo, a criminalidade e o contágio de doenças. Enfim, a *polifuncionalidade* da biopolítica garante à segurança um papel de se trabalhar junto à população tanto os aspectos positivos, quanto os negativos da vida humana e do governo dos seres viventes.

Um outro fator preponderante para a biopolítica será a noção de meio. Sua proveniência remete aos estudos da física moderna a qual compreendia, segundo Foucault (2008, p. 28), ser o meio “[...] a distância de um corpo sobre o outro”. Incorporado no século XIX pela Biologia e, mais tarde, pelas ciências sociais, o conceito de meio ganhará os contornos de uma técnica responsável por produzir o duplo efeito dos dispositivos de segurança: a reflexão e a modificação. É em torno dessas duas perspectivas que se cruzarão os interesses voltados a governamentalização da vida da população

e o estudo incessante pelo qual serão angariados todos os conjuntos de práticas circulares que envolvem as causas e os efeitos de tudo aquilo que age sobre a vida. A esse respeito escreve Foucault que

Os dispositivos de segurança trabalham, criam, organizam, planejam um meio antes mesmo da noção ter sido formada e isolada. O meio vai ser portanto aquilo em que se faz a circulação. O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de casas, etc. O meio é certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem. É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tornar causa, do outro. (FOUCAULT 2008, p. 28).

Como se pode perceber, a biopolítica apresenta-se como uma noção de governo central para a prática política contemporânea. Já não se trata mais de limitarmos a compreensão dessa estratégia somente nos contornos da soberania jurídica, mas situarmos os desdobramentos responsáveis por profanar à figura do Príncipe – até então associada ao papel de arquiteto disciplinador dos grandes territórios – em nome da multiplicidade gerencial dos processos de circulação. Em oposição ao sectarismo da burocracia de Estado é que Foucault (2008) irá propor à noção de biopolítica como uma facilitadora da circulação de uma vida estrategicamente constituída a partir de critérios estatísticos de seguridade.

O problema reside em contextualizar qual seria exatamente o modelo de vida proposto pela biopolítica. Nesse caso, é muito interessante observarmos como, na nossa sociedade, o controle sobre a conduta torna-se um elemento fundamental para a garantia da sobrevivência do Estado. Tem-se, portanto, no contexto da biopolítica, uma concepção de vida normalizada sob uma única justificativa: a preservação do Estado invertendo, deste modo, a fórmula da soberania

descrita por Foucault (1977) em *A Vontade de Saber*, isto é, se antes, a soberania se preocupava em *fazer morrer e deixar viver*, na modernidade, a biopolítica *faz viver e deixa morrer*. O fundamento dessa nova economia consiste em operar modos de gerenciamentos marcados por dispositivos de controle que procuram aperfeiçoar a administração dos modos de agir por meio da eliminação daquilo que é considerado como socialmente indesejável.

Justamente por conta desse aspecto é que a biopolítica necessita ser compreendida como governo de uma vida orientada pela razão de Estado a partir da definição sistemática e quantitativa daqueles que devem morrer e daqueles que devem sobreviver. Não é à toa que Foucault (2008) chamará a atenção muitas vezes para a relevância da estatística como um dos saberes mais importantes para a estruturação da sociedade moderna. Definir por meio de probabilidades o número admissível de mortes, de desemprego, de indicadores econômicos e de padrões de consumo tem sido uma das ferramentas mais potentes para a renovação constante dos programas de governo no contexto da biopolítica. É preciso, pois fomentar à crise, o endividamento, superlotar as prisões, enclausurar dependentes químicos em hospitais psiquiátricos ou comunidades terapêuticas para que a biopolítica como programa de governo torne-se sempre justificável. É preciso ainda fazer operar o medo como imperativo categórico pelo qual o Estado deve sempre intervir sobre grupos que representam uma ameaça à ordem. A esse respeito escreve Castelo Branco (2015, p. 78) que “Os excluídos, os exilados são a carne barata do capitalismo, descartáveis e desprezados. A grande massa da exclusão é constituída pelos estrangeiros, pelos estranhos, pelos apátridas”.

Contudo, essa operacionalidade da biopolítica necessita

ser compreendida para além do uso excessivo da força e da violência. Esse *fazer viver e deixar morrer* precisa ser entendido no interior de um processo complexo de inteligibilidade assumido pela biopolítica no contexto primeiro do liberalismo e, depois do neoliberalismo. Nesse sentido, a biopolítica assume uma forma muito sutil de controle na passagem de uma razão de Estado, para um Estado *devoir*. A máquina de guerra e os constantes traços voltados para a operacionalização das condutas dos sujeitos. Portanto, a biopolítica configura-se como uma multiplicidade de práticas que nos oportunizam pensar, de acordo com as provocações de Foucault (2008), o nascimento da Modernidade como a emergência de uma espécie de ontologia da governamentalização do Estado, uma vez que esse aparato cada vez mais substituirá o *dever fazer* pelo *dever ser*. Essas seriam as razões, portanto pelas quais a biopolítica assume no liberalismo e no neoliberalismo sua máxima eficácia no que se refere ao gerenciamento estratégico da vida.

A esse respeito, é interessante observarmos como, mesmo dentro de um espaço democrático, as formas de governo solapam produzindo profundas transformações dentro de sua aplicabilidade. Esse processo pode ser compreendido a partir da formulação de estratégias radicais de rupturas em relação a certas formas de se governar amparadas nos dispositivos jurídicos. Essa leitura é essencial para que possamos compreender os acontecimentos da nossa época a partir do governo da vida, pois desde seu aparecimento nos interstícios de uma história política da governamentalidade, a biopolítica não cessou de fazer proliferar a instigante pergunta: como, e sob quais condições, determinada população deve ser governada? Por sua vez, a formulação de tal questionamento nos auxilia a pensar o conjunto

de práticas de resistências deslocando seus efeitos de uma utopia revolucionária, em nome de uma busca por outras formas de governo projetadas no terreno da autogestão. Dessa maneira, a pergunta anteriormente enunciada poderia ser refeita da seguinte forma: *haveria uma forma de governo capaz de produzir uma ruptura em relação à grade de inteligibilidade da biopolítica?*

3. A FILOSOFIA COMO FORMA DE VIDA: O QUE É UM GOVERNO DO ESCÂNDALO DA VERDADE?

No seu último ano de vida, Foucault (2011) dedica todo um curso no *Collège de France* ao estudo do cinismo como forma de vida a partir do resgate da palavra *parresía*, isto é, uma atitude política e ética do sujeito governar a si mesmo. Na realidade, o procedimento de Foucault (2011) consiste em fazer emergir a magnitude dramática da experiência radical do cinismo demonstrada por meio de uma paixão singular sobre o papel da filosofia como forma de vida e como uma estratégia possível de constituição de práticas de liberdade através do escândalo da verdade para além dos horizontes da biopolítica e da governamentalidade.

A forma de vida cínica como emergência da verdade está implicada na compreensão do *bios* como prática aletúrgica. Isso significa que, dentro do contexto do cinismo, pode-se rastrear os indicativos de uma crítica em relação ao gerenciamento das condutas orquestradas pela biopolítica. Nesse caso, a aleturgia se manifesta como um gesto de produção da verdade, cujo impacto se dá pela estetização radical da existência contra as formas de assujeitamentos por meio de uma alegoria possível para as lutas políticas na nossa atualidade. Nesse sentido, a herança deixada pelos cínicos

vai muito além de uma acepção originária da prática filosófica, se constituindo em uma ascese marcada pela produção do martírio da verdade. Emblema este, significativo, já que, para Foucault (2011), a crítica em relação a biopolítica não está restrita a teleologia histórica ou política, mas sim, nos modos pelos quais os sujeitos produzem modos de vida na luta contra a condição de miserabilidade existencial oferecida pelo mundo contemporâneo.

Como se pode observar, os estudos foucaultianos sobre a *parresía* cínica indicam, conforme aponta Chaves (2016) a possibilidade de pensarmos os elementos da coragem da verdade a partir de modos de governo voltados para a contestação imediata dos dispositivos da biopolítica. Entretanto, essa atitude deve ser vista como um gesto de despojamento contra as formas de poder e, nesse sentido, a vida como escândalo da verdade implica na produção de uma experiência radical da própria existência. Trata-se, então, de oportunizar no próprio corpo os elementos necessários para a produção de práticas de insurreição que implicam, por sua vez, em uma experiência ética de uma espécie de atitude viral que contamina as engrenagens da biopolítica.

Esse seria, portanto o impacto do cinismo dentro das lutas políticas já que todo contexto revolucionário necessita de uma alta dosagem de lirismo cínico. Nesse sentido, pensar a insurreição implica compreendê-la não somente como uma prática política, mas como um modo de vida, pois conforme aponta Foucault

[...] terceira maneira importante de ser militante, é o militantismo como testemunho pela vida, na forma de um estilo de existência. Esse estilo de existência próprio do militantismo revolucionário, que assegura esse testemunho pela vida, está em ruptura, deve estar em ruptura com as convenções, os hábitos, os valores da sociedade. E ele deve manifestar diretamente, por sua forma visível, por sua prática

constante e sua existência imediata, a possibilidade concreta e o valor evidente de uma outra vida, uma outra vida que é a verdadeira vida. (FOUCAULT 2011, p. 161).

As ressonâncias do cinismo dentro de uma prática revolucionária contemporânea tornam-se elementos imprescindíveis para a contextualização alegórica das formas de vida marcadas pela estética da existência, pois o que é o signo de uma vida marcada pelo escândalo da verdade senão a imersão por parte do sujeito no *ethos* do militantismo? Poderíamos pensar tal condição como um testemunho que se efetiva pela ruptura em relação às formas de assujeitamentos produzidos pela biopolítica em nome de uma atitude insurgente.

Fazem parte desse conjunto de procedimentos empreendidos por Foucault (2011) a compreensão da filosofia como uma atitude crítica em relação às lutas sociais da nossa época. Lutas essas, que só podem ser compreendidas pela afirmação da diferença de grupos historicamente marginalizados. Essa característica torna-se evidente quando se compreende que tornar-se um militante é reivindicar um espaço político como estratégia combativa, adotando a insurgência como estilo permanente. Na realidade, Foucault (2011) insiste que pensemos a insurreição não como uma categoria genérica, mas como um processo de veridicção. Desta forma, uma prática de produção de modos de subjetivação radicais é permeada pelo traço fundamental da *parresía*, ou seja, o risco de se enunciar determinada verdade colocando a própria vida em jogo.

Esse seria o caso de dois modelos descritos por Foucault (2011) em *A Coragem da Verdade*. O primeiro deles corresponde ao papel da arte como elemento de uma vida marcada pelo escândalo da verdade. Foucault (2011)

contextualiza que desde a Antiguidade inúmeras práticas artísticas teriam se aproximado, de um estilo de vida cínico, assim como, os elementos estéticos da sátira e da tragédia são uma expressão máxima de uma vida marcada pela radicalidade que incita a manifestação da verdade, seja pela vida do próprio artista como ato de singularidade, ou pelo fato da arte se vincular a determinado projeto de verdade. Já o segundo deles, seria o que Foucault chama de *esquerdismo*. Um estilo de vida que vai desde a participação engajada dos militantes comunistas até o anarquismo e o niilismo por meio de uma atitude política por meio da qual se pretende perceber o governo como elemento substancialmente ético e político.

Nesse sentido, se quisermos pensar um lugar para as práticas de insurgências na nossa sociedade deveríamos instigar uma consciência que delegasse a compreensão da filosofia como forma de vida. Desta forma, a leitura foucaultiana acaba por colaborar na fundamentação de tal temática com uma leitura sobre as práticas de governo para além da biopolítica, no que consiste a percepção das formas de vida em suas representações como sublevação de forças. A sabedoria eloquente de uma prática de insurreição, diz respeito a elaboração de um gesto performático que ultrapassa as barreiras impostas pela nervura do real. Esse é o efeito paradoxal da herança deixada por Foucault do cinismo como forma de vida. Tanto o artista despojado, quanto o militante revolucionário são marcadas pela errância e, desta forma, restam viver em completo descompasso em relação à biopolítica através da capacidade de proceder as mais belas intervenções contra as estratégias de saber, as práticas de poder e as políticas de identidades.

Esse é o caso de Marina Abramovic que, no ano de

1974, realizou a polêmica intervenção chamada *Ritmo 0*. Sua proposta consistia em permanecer imóvel durante seis horas em seu pequeno estúdio localizado na cidade de Nápoles. Durante esse tempo, os visitantes da exposição poderiam interagir com o seu corpo por meio de setenta e dois objetos localizados em uma mesa. Esses objetos variavam desde penas, flores, água, até facas, correntes e um revólver carregado. No início, Marina foi ornada com flores na cabeça e acariciada com as penas, entretanto à medida que o tempo passava as intervenções sobre o seu corpo tornaram-se cada vez mais violentas. O público usou correntes, encharcou-a com água, acariciou-a intimamente e usou uma lâmina de barbear para lhe ferir o pescoço. Após a terceira hora, Marina teve suas roupas cortadas e o público começou a lhe ferir a pele. Ao término da intervenção Marina passou pela sala, mas os participantes não tiveram coragem de olhá-la nos olhos. Que sentido podemos dar a esse gesto polêmico?

A coragem de uma artista em transformar o próprio corpo em objeto sinaliza os traços de uma prática cínica como alternativa aos processos de assujeitamentos provenientes da biopolítica. É interessante destacarmos nessa intervenção a construção de um modelo de vida radical através da adoção de uma aleturgia que problematiza a existência nos convocando a pensar os desdobramentos éticos da nossa sociedade por meio da quebra das normalizações pela construção de uma ruptura necessária a atividade política. Em uma entrevista concedida na década de 70 Foucault ilustra com precisão a performatividade de uma forma de vida marcada pela filosofia como forma de vida e suas ressonâncias para as lutas da nossa época

Para muitos de nós, jovens intelectuais, o interesse por Nietzsche ou

por Bataille não representava uma forma de se afastar do marxismo ou do comunismo. Ao contrário, era a única via de comunicação e de passagem para o que acreditávamos esperar do comunismo. Essa exigência de recusa total do mundo em que devíamos viver evidentemente não era satisfeita pela filosofia hegeliana. Por outro lado, procurávamos outras vias intelectuais para chegar justamente lá, onde parecia que ganhava corpo ou existia uma coisa muito diferente: quer dizer, o comunismo. Foi assim, sem conhecer Marx, recusando o hegelianismo, sentindo-me mal com os limites do existencialismo, decidi aderir ao Partido Comunista. Estávamos em 1950: nessa época ser “comunista nietzschiano!” Uma coisa no limite do vivível e, se quiser, talvez um pouco ridícula; eu sabia disso. (ERIBON 1990, p. 65-66).

Visibilidade da aleturgia cínica nessas palavras proferidas por Foucault. Nada mais *parresiástico* do que evocar para si mesmo o rótulo de *comunista nietzschiano*, nada mais emblemático do que promover na sua própria vida o elemento aletúrgico de uma estética da existência compreendida como escândalo da verdade. A atitude foucaultiana desdobra-se no convite para produzirmos elementos de uma vida não fascista cujo emblema é a insurreição dos governados através de uma ontologia histórica de nós mesmo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: INSURREIÇÃO E A ONTOLOGIA HISTÓRICA DE NÓS MESMOS

De certa maneira, os projetos de uma arqueologia do saber, de uma genealogia do poder e uma genealogia dos modos de subjetivação elencados por Foucault estão correlacionados pelo estudo sobre as formas de veridicção e práticas de governo. Todos esses focos de problematização recaem sobre a problemática de uma ontologia histórica de nós mesmos como atitude crítica sobre o tempo presente. Em especial a *parresía* é um conceito chave para uma analítica sobre as

práticas de insurreição a partir da captura, produzida por Foucault (2010) dos jogos de tensão entre o governo de si e dos outros nas práticas políticas e éticas presentes nos mundos grego e romano.

Não por acaso que as primeiras duas aulas do curso *O Governo de Si e dos Outros* (FOUCAULT 2010) são dedicadas a análise do texto kantiano sobre o iluminismo. *Was ist Aufklärung?* (KANT 2007) deve ser lido como um texto de história do tempo presente já que ele reivindica um espaço para a construção de uma leitura analítica sobre a pergunta: *o que acontece hoje?* Responder esse questionamento é uma tarefa árdua da qual todo pensamento moderno não se furtou em responder. Entretanto, para Foucault (2010), o grande mérito de Kant (2007) teria sido o de construir suas argumentações não as restringindo a um campo epistemológico, isto é, a questão não era a de construir um ensaio mostrando de que maneira a filosofia ou a história poderiam falar o que era a atualidade, mas sim o dever de um professor usar a sua razão pública a partir do reconhecimento da potência da crítica através de seu engajamento enquanto intelectual. O tempo presente, nesse caso torna-se um acontecimento pelo qual se deve elaborar uma análise crítica sobre esse processo.

Nesse sentido, podemos compreender as práticas de insurreição como um elemento que acompanha a singularidade dos desafios postos pela biopolítica no mundo contemporâneo pelos constantes embates contra toda e qualquer forma de arbitrariedade. Deste modo, a ontologia histórica de nós mesmos nos ensina que, não podemos jamais fugir dos confrontos necessários à construção de uma experiência ética autêntica. A ontologia histórica de nós mesmos designa uma interrogação sobre a nossa atualidade a partir

da constatação de que os discursos e as práticas elevam o próprio papel da filosofia não somente como atividade acadêmica, mas sobretudo como estilo de vida.

De fato, ao percebermos os elementos de uma ontologia histórica de nós mesmos como atitude crítica, não nos limitamos a conceber as lutas políticas a partir de certo momento histórico, mas sim na colocação de questões muito mais pulverizadas e atravessadas sobre possíveis modos de governo compreendidos como uma experiência limite perante não somente as atrocidades do poder, mas também seus encantamentos e, nesse instante, nos deparamos com a seguinte pergunta: a que devemos resistir? Mas, se atentarmos para o fato de que a própria resistência não é somente um gesto político, talvez o questionamento deva, rapidamente se converter no diagnóstico de que não é necessário somente resistir ao poder, mas também é preciso que se produzam outras experiências de vida, pois segundo Foucault (2010) o governo não é ilegítimo, e sim à maneira pela qual abrimos mão, voluntariamente da nossa autonomia em nome da normalização produzida pelo acossamento dos dispositivos.

Deste modo, a experiência da insurreição se constitui como um fundamento de uma estreita relação entre a *Aufklärung* e a vida como escândalo da verdade. Razão pela qual Foucault (2010) acaba por sinalizar os indicativos necessários para que possamos construir nossas experiências éticas a partir de uma dimensão ontológica cuja atitude não é tanto a revolução contra os sistemas políticos, ideológicos ou jurídicos, mas sim a sublevação de forças necessárias para a produção de novas práticas de liberdade.

Abstract: This paper aims to present the correlations between philosophy as a way of life and the insurrections of the governed from a foucaultian reading around the ontology historical of ourselves. At first, we try to establish a read-

ing about the problematization undertaken by Foucault around the biopolitics understood as the government of life in our modernity from the formation of certain control devices and subjugation through the articulation between the strategies of knowledge, of the practices of power and processes of subjectivation. The second moment is devoted to thinking about the fundamental features of *parresia* as a satirical practice of a cynical manifestation of the scandal of truth. The final considerations are dedicated to thinking, starting from Foucault, the ethical experiences from an ontological dimension whose attitude is the instability of forces necessary for the production of new practices of freedom.

Keywords: Michel Foucault. Insurrection. Biopolitics. Governmentality. Ontology Historical of Ourselves.

REFERÊNCIAS

CASTELO BRANCO, Guilherme. *Michel Foucault: filosofia e biopolítica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CHAVES, Ernani. *Michel Foucault e a Verdade Cínica*. Porto Alegre: Editora PHI, 2016.

COMITÊ INVISÍVEL. *Aos Nossos Amigos: crise e insurreiçã*. São Paulo: n-1 edições, 2016.

DUARTE, André. Sobre a Biopolítica: de Foucault ao século XXI. In: FELDMAN, Illana *Et Alli*. Estéticas da Biopolítica: audiovisual, política e novas tecnologias. *Revista Eletrônica Cinética*, 2007. Disponível em: http://www.revistacinetica.com.br/cep/andre_duarte.htm Acesso em: 17/07/2017.

ERIBON, Didier. *Foucault: uma biografia*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990.

FARHI NETO, Leon. *Biopolíticas: as formulações de Foucault*. Florianópolis: Cidade Futura, 2010.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1977.